



Número: **0044029-12.2008.8.17.0001**

Classe: **Execução de Título Extrajudicial**  
Órgão julgador: **Seção B da 35ª Vara Cível da Capital**  
Última distribuição : **23/10/2008**  
Valor da causa: **R\$ 13.906,19**  
Assuntos: **Espécies de Contratos**  
Nível de Sigilo: **0 (Público)**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
COLEGIO MOTIVO LTDA (EXEQUENTE)	
	JUAN MIGUEL CASTILLO JUNIOR (ADVOGADO(A))
ANA ELIZABETH PINTO BERENGUER (EXECUTADO(A))	
ELZIRA PINTO BERENGUER (EXECUTADO(A))	
	ANA CARLA BERENGUER GONCALVES BEZERRA (ADVOGADO(A))

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
160156725	05/02/2024 15:58	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 1ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE -  
PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810788

Processo nº **0044029-12.2008.8.17.0001**

EXEQUENTE: COLEGIO MOTIVO LTDA

EXECUTADO(A): ANA ELIZABETH PINTO BERENGUER, ELZIRA PINTO BERENGUER

**DECISÃO**

Vistos etc.

Uma vez que o exequente, após devidamente intimado para impulsionar a execução, quedou-se inerte à intimação, conforme certidão emitida pela Diretoria Cível. Em assim sendo, **suspendo a execução**, bem como **suspendo o curso de seu prazo prescricional** pelo prazo de **01 (um) ano** (§1º do art. 921 - CPC).

Decorrido tal prazo, sem a manifestação do exequente, **certifique a secretaria** e envie, automaticamente, os autos ao arquivo definitivo, conforme determinação contida na alínea “b” do art. 1º da Portaria Conjunta nº 29/2019 – TJPE (CPC, art. 921, §2º).

Deve, ainda, o exequente atentar que “*o termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo*”, nos termos do §4º, art. 921 do CPC (Redação dada pela Lei nº 14.195/2021).

Destaco que “*a efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis interrompe o prazo de prescrição, que não corre pelo tempo necessário à citação e à intimação do devedor, bem como para as formalidades da constrição patrimonial, se necessária, desde que o credor cumpra os prazos previstos na lei processual ou fixados pelo juiz*” (§4º-A, art. 921 – CPC – incluído pela Lei nº 14.195/2021).

P.I.



**JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS COSTA**

Juiz de Direito

Assinado e datado eletronicamente

maalvr

